PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA: A PARTICIPAÇÃO DE AGENTES E INSTÂNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL NO MONITORAMENTO DO PME DE SÃO LUÍS/MA (2015-2024)

Severino Vilar de Albuquerque

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

svalbuquerque@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O estudo traz um recorte de uma pesquisa que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), cujo objetivo foi analisar a participação social na elaboração, no monitoramento e na avaliação do Plano Municipal de Educação de São Luís (PME 2015-2024). Os objetivos específicos incluíram levantar os Planos Nacionais, bem como os Planos Municipais de Educação de São Luís; identificar os sujeitos e instâncias da sociedade civil que participaram das fases de elaboração, de monitoramento e da avaliação do referido PME, buscando apreender espaços/tempos e o nível de efetividade de tal participação.

Em sua especificidade, o texto em tela traz evidências sobre a participação do Fórum Municipal de Educação (FME), do Conselho Municipal de Educação (CME), e de Sindicatos de profissionais da educação no monitoramento do PME de São Luís. Para a análise e à apreensão do objeto, o estudo apoiou-se teórico-conceitualmente em Cury (2009), Dourado (2010), Dourado Junior e Furtado (2016), Gohn (2019), e Saviani (1999), entre outros autores que discutem a temática.

O PME, alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE), segue diretrizes, metas e estratégias voltadas ao atendimento educacional público. A participação de instituições e entidades da sociedade civil, como a Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação e os Sindicatos dos profissionais do Magistério, constitui o amálgama do processo de monitoramento e de avaliação do PNE e dos Planos subnacionais, sendo tal participação um mecanismo fundamental para acompanhar o alcance das metas.

Adotando a abordagem qualitativa, a análise recai sobre documentos oficiais, bem como no conteúdo dos depoimentos dos sujeitos implicados no objeto de estudo em tela. A pesquisa, de abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2013), buscou apreender o objeto de estudo a partir das percepções dos envolvidos, incluindo, também, a análise de documentos oficiais sobre o planejamento educacional, particularmente relacionados à elaboração, ao monitoramento e à avaliação do PME de São Luís. As etapas incluíram visitas à Secretaria Municipal de Educação, ao Sindicato dos Profissionais do Magistério e ao Fórum Municipal de Educação com vistas à coleta de documentos e realização de entrevistas com representantes dessas instituições. Foram levantados documentos históricos e normativos, e posteriormente elaborou-se um roteiro de entrevistas para captar percepções sobre as três etapas que ensejaram a participação social no PME. No recorte deste texto, considera-se a análise do monitoramento, incluindo, além da participação, o alcance das metas, tendo em conta as percepções dos atores da sociedade civil envolvidos e o processo de monitoramento, relacionando-os às diretrizes do PNE e do PME de São Luís.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema de monitoramento, do PNE e dos Planos subnacionais, inclui instrumentos como indicadores quantitativos e qualitativos, relatórios periódicos e sistemas de informação que coletam e armazenam dados sobre a educação. O monitoramento do PME de São Luís segue as diretrizes do Art. 5º da Lei nº 13.005/2014, que aprova o PNE. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) publica os relatórios de monitoramento, e a participação da sociedade civil constitui o meio principal para assegurar que o PNE seja democrático e promova a qualidade social e a equidade. A pesquisa identificou instâncias e sujeitos sociais envolvidos no monitoramento, revelando a importância desses espaços de participação para a efetividade das metas. O processo de monitoramento, contudo, foi impactado pela pandemia da COVID-19, que alterou o contexto do atendimento educacional e interferiu no cumprimento de parte significativa das metas, especialmente devido problemas relacionados à coleta de dados.

Todos os ciclos de monitoramento disponibilizados pela SEMED foram analisados, e as entrevistas com representantes das instâncias responsáveis, como o Fórum Municipal de Educação (FME) e a própria SEMED, permitiram entender

problemas que afetaram a realização das metas. As entrevistas com o Vice Coordenador e a Coordenadora do processo de monitoramento no âmbito do PME ajudaram a captar percepções sobre a participação social e a relevância do Fórum e da SEMED no acompanhamento do Plano. Os entrevistados destacaram o papel das instâncias responsáveis pelo monitoramento desde a elaboração do PME, reconhecendo o esforço contínuo para cumprir essa função e avançar no processo de monitoramento.

A Coordenadora do monitoramento da SEMED destacou que o Fórum, em parceria com a SEMED, mobilizou a sociedade para o monitoramento do PME. Essa cooperação entre as instâncias é essencial para a efetividade das metas e, nesse sentido, a SEMED tem um papel fundamental não só na coleta de dados estatísticos, mas também no acompanhamento das escolas e na promoção da participação dos agentes envolvidos. No entanto, apesar desses esforços, o processo de monitoramento enfrenta desafios, como a falta de recortes precisos no Censo, o que dificulta o acompanhamento de algumas metas, especialmente as que tratam de gestão democrática, financiamento e planos de carreira. A ausência de dados específicos foi apontada pelo vice coordenador do FME como uma das principais falhas nos indicadores disponíveis.

Outro desafio identificado é a publicização restrita dos dados e documentos de monitoramento, o que dificulta o acesso público a informações essenciais para avaliar o andamento do PME. Segundo o vice coordenador do FME, é necessário um debate mais amplo e inclusivo sobre o PME, envolvendo todos os segmentos da sociedade. A pesquisa revela que, embora a participação social seja reconhecida como fundamental em todas as etapas do planejamento educacional, sua limitação compromete a qualidade dos debates e decisões. Alinhar as metas do PME com instrumentos de coleta de dados, como o Censo, é crucial para garantir um monitoramento efetivo, bem como o avanço na melhoria dos indicadores de qualidade da educação no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise dos dados, no âmbito da pesquisa, permitiu encontrar como principais evidências, o contexto histórico do PNE, suas metas e as instâncias envolvidas no monitoramento e, também, baixa efetividade na atuação das instâncias responsáveis pelo monitoramento, evidenciado pela falta de divulgação de dados relevantes para a consecução da etapa de monitoramento. Por fim, a principal evidência do estudo, captada

pelos depoimentos dos participantes da pesquisa, situa-se nas dificuldades de acesso a informações, não disponibilizadas, embora tenham destacado o esforço contínuo e o empenho das instâncias envolvidas no monitoramento, para cumprir suas funções e buscar parcerias para garantir efetividade no monitoramento do PME com vistas a atender às expectativas da sociedade e promover melhorias na implementação das Metas do Plano.

Por fim, destaca-se a importância e a relevância do PNE e do PME para a construção de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Todavia, revela a insipiente abertura à participação de sujeitos e agentes da sociedade civil, principalmente no monitoramento, o que representa um grande desafio para os próximos Planos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um Plano Nacional de Educação: nacional, federativo, democrático e efetivo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 1, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes; JUNIOR, Geraldo Grossi; FURTADO, Roberval Ângelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. *RBP AE* - v. 32, n. 2, p. 449 - 461 mai./ago. 2016.

GOHN, Maria da Glória. TEORIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

SÃO LUÍS. **Lei Municipal nº 6.001, de 9 de novembro de 2015**. Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação de São Luís e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Luís, São Luís, MA, 10 nov. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 20, n. 69, p. 119-136, dez. 1999.